

ASSESSORAMENTO PSICOPEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR

Thiago Silva Prado; Eliane Rose Maio

RESUMO - A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar o Assessoramento Psicopedagógico no Ensino Superior como uma ferramenta de apoio aos gestores, docentes e discentes. Os procedimentos metodológicos envolvem pesquisa de campo, com visita em uma instituição, e por meio da aplicação de questionário, com duas profissionais da Educação, e, com uma análise qualitativa, espera-se um comparativo entre as práticas adotadas em uma instituição de Ensino Superior privada na cidade de Maringá/PR. A pesquisa também se caracteriza como uma inovação na área da Educação, pois existe uma lacuna sobre o assunto na literatura brasileira. Dessa forma, acredita-se que este texto servirá como um auxílio e também como um manual de como trabalhar com os alunos com problemas de aprendizagem que chegam até o Ensino Superior. Utilizamos autores com representação na área da Psicopedagogia como Azevedo, Echeita & Rodríguez e Saravali para auxiliar nas reflexões sobre como abordar, diagnosticar e também prevenir que o aluno fique sem a efetivação do ensino pela falta de assessoramento. Por fim, as considerações indicam que no caso estudado ainda falta conhecimento e aplicabilidade do assessor psicopedagógico, que poderia ser um diferencial inclusive de mercado.

UNITERMOS: Psicopedagogia. Assessoramento Psicopedagógico. Educação.

Thiago Silva Prado – Mestre em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Psicopedagogo Clínico e Institucional pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil.

Eliane Rose Maio – Professora Titular do Departamento de Teoria e Prática da Educação e Coordenadora da Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil.

Correspondência:

Thiago Silva Prado

Rua Izaias Francisco dos Santos, 1175C – Conjunto Bom Pastor – Sarandi, PR, Brasil – CEP 87114-554

E-mail: thiago.silvaprado@hotmail.com

INTRODUÇÃO

É comum escutar nos noticiários casos de violência e abusos nas instituições escolares, evasão escolar e muitos outros problemas, mas pouco se fala sobre a parte fundamental, que é realmente a efetivação do ensino. Muitas vezes, na visão dos alunos conforme visto nos autores que serão discutidos no texto, a escola acaba se tornando um lugar que não gostam de frequentar, principalmente se possuem alguma demanda específica, como um atendimento individualizado.

Dessa forma, o presente estudo surgiu do interesse em investigar como pode acontecer o assessoramento psicopedagógico nas universidades e faculdades. Em uma pesquisa de campo verificou-se em um estudo de caso, por meio de um questionário com perguntas mistas, uma faculdade privada na cidade de Maringá/PR, se existe nessa Instituição de Ensino Superior (IES) algum profissional com formação específica em Psicopedagogia prestando este tipo de trabalho.

O profissional formado em Psicopedagogia desenvolve habilidades e conhecimentos para atuar em casos em que os alunos apresentam problemas de aprendizagem. No entanto, na visão popular este profissional atua exclusivamente no atendimento infantil, o que de certa forma previne o atraso escolar que pode se estender até o Ensino Superior. Entretanto, essa investigação quer apresentar que, ao contrário do que se pensa, a Psicopedagogia pode e deve ser utilizada também no Ensino Superior para o atendimento tanto dos alunos e professores, bem como da equipe pedagógica e gestores.

Sabe-se que algumas instituições possuem Núcleos de Atendimento Especializado, que atendem pessoas com dificuldades e problemas em geral, como de mobilidade e surdez, entre outras. Assim, pretende-se verificar com esta pesquisa se a faculdade investigada possui algum tipo de atendimento para pessoas com essas necessidades.

As semanas pedagógicas e reuniões docentes, por exemplo, devem servir também como uma fonte de formação para todos os profissionais do

Ensino Superior, e seria adequado que as instituições discutissem nessas semanas a questão objeto dessa proposta. No momento da coleta de dados, verificamos nas respostas das participantes que realmente nestas semanas acontecem reuniões para esse tipo de orientação.

O presente estudo se justifica primeiramente pela necessidade de compreender o assessoramento psicopedagógico em instituições de Ensino Superior. Como se dá a participação dos docentes e gestores dessas instituições junto aos alunos que apresentam indicativos de problemas de aprendizagem e requerem atendimento especializado.

Para o pesquisador, faz-se necessária a explanação da temática, devido à sua atuação profissional na coordenação de cursos de nível superior e na docência em cursos de bacharelado, nos quais os professores dificilmente possuem formação para o magistério, podendo desencadear falhas nos processos de ensino e aprendizagem.

Para a comunidade científica, essa pesquisa servirá como um aporte teórico, por fazer um recorte entre a Pedagogia, Andragogia e Psicopedagogia, sendo um diferencial na área da Educação, apresentando de forma objetiva as práticas de assessoramento adotadas por uma faculdade privada no estado do Paraná. A comunidade também será beneficiada com a pesquisa, uma vez que servirá como uma fonte de informações de interesse de muitas famílias, que possuem em seus núcleos crianças, jovens e adultos com alguma dificuldade específica, a qual em muitos casos chega a levar o indivíduo a abandonar a sala de aula, provocando um aumento nos índices de evasão escolar.

Portanto, por meio de uma reflexão sobre o olhar da Andragogia, Pedagogia e Psicopedagogia, pretendeu-se analisar o assessoramento psicopedagógico no Ensino Superior em uma faculdade privada na cidade de Maringá/PR, como uma ferramenta de apoio aos gestores, docentes e discentes. Buscou-se também identificar os benefícios que a Psicopedagogia pode proporcionar quando utilizada no Ensino Superior, além de verificar as práticas psicopedagógicas

empregadas no Ensino Superior e discutir sobre o assessoramento psicopedagógico no Ensino Superior como um diferencial para o desenvolvimento dos acadêmicos.

Para compreender o conceito de assessoramento psicopedagógico aplicado no Ensino Superior, abaixo serão apresentadas algumas discussões que introduzem o tema. Primeiramente, uma apresentação sobre o que é a Psicopedagogia e como ela se interrelaciona com o Ensino Superior.

A Psicopedagogia é uma área que pode ser muito útil para as instituições escolares, pois atende demandas específicas, oportunizando aqueles que possuem algum indicativo de problemas de aprendizagem. Foi a partir da década de 1960 que esse profissional começou a ganhar destaque, uma vez que se iniciou a discussão sobre os casos de fracasso escolar. Inicialmente, os trabalhos realizados pelo psicopedagogo restringiam-se a um atendimento clínico, mas, na década de 1980, devido à comprovação de sua eficiência, houve uma expansão, tornando então como corpo de conhecimentos e se transformando em campo de estudos multidisciplinares¹.

No início, essa área de pesquisa e atuação recebeu grande influência da literatura estrangeira, principalmente de Johnson e Myklebust, em 1987, quando estes autores investigavam os conceitos de disfunção cerebral mínima (DCM) e distúrbios de aprendizagem, considerados os principais responsáveis pela incapacidade de algumas crianças para aprender. Sem dúvida, essas discussões abriram as portas para um novo componente científico que necessita de aprofundamento para que a cada dia possa favorecer ainda mais o Ensino¹.

Historicamente, os primórdios da Psicopedagogia ocorreram na Europa, ainda no século XIX, evidenciada pela preocupação com problemas de aprendizagem na área médica. Essa linha diagnóstica que procurava identificar no físico as determinantes das dificuldades do aprendiz é encontrada no histórico da Educação Especial e também no da Psicopedagogia².

No entanto, os conceitos de problemas de aprendizagem, que até então eram de

abordagem clínica, acabaram chegando às escolas e ganhando um enfoque diferente do que o esperado. Muitas vezes, sem nenhum critério, acabavam classificando as crianças com distúrbios e disfunções cerebrais, indicando tratamento médico, o qual acarretava conseqüentemente na medicalização destas crianças. Esse tipo de diagnóstico deve ser minuciosamente estudado, para que uma intervenção indevida não prejudique o indivíduo ao invés de ajudá-lo¹.

Atualmente, autores estrangeiros da área médica, de grande penetração nos meios psicopedagógicos, chamam a atenção para a dificuldade de definir limites claros e objetivos entre os conceitos de normalidade e de patologia na aprendizagem escolar. Para esses autores, um mesmo sintoma pode ser considerado "normal" em uma determinada faixa etária e "patológico" em outra¹.

A Psicopedagogia, portanto, constitui-se atualmente como uma área que se dedica a discutir as questões relacionadas aos problemas de aprendizagem, seja no âmbito clínico ou institucional, verificando as queixas e assim promovendo estratégias que viabilizem o efetivo processo de ensino e aprendizagem. O profissional conhecido como psicopedagogo deve atuar nas instituições de ensino com trabalho preventivo e, quando necessário, intervir como mediador entre o sujeito e a história que causou a dificuldade de aprendizagem³.

Uma definição bem ampla sobre o papel da Psicopedagogia e da orientação, com enfoque no Ensino Superior, seria que a Psicopedagogia lida com a aprendizagem, investigando fatores, patologias, processos etc, assumindo um caráter multidisciplinar. Sua ação pode ser tanto remediativa como preventiva, embora, no nosso país, ainda vivenciemos a cultura da remediação, ou seja, os psicopedagogos são procurados quando os problemas já estão instalados⁴.

Geralmente, nas instituições o acompanhamento acontece de forma mais remediativa, aconselhamentos e orientações. No entanto, quando é notado algum caso mais específico, ou, por assim dizer, mais grave, é feita então uma

indicação para que o aluno procure uma ajuda especializada, ou seja, um atendimento clínico junto a um psicopedagogo de sua preferência⁴.

Os professores, no contexto das dificuldades de aprendizagem, são essenciais; são eles que devem também desenvolver a sensibilidade em perceber aqueles alunos, que, por motivos desconhecidos, apresentam baixo desempenho em suas aulas. Algumas vezes, pode não ser nenhum desequilíbrio em relação ao desenvolvimento cognitivo, mas, se o docente consegue desenvolver essa percepção, pode fazer o encaminhamento do aluno para o atendimento especializado⁴.

O psicopedagogo não atuará somente em casos pontuais de dificuldades de aprendizagem, pode preventivamente se envolver no processo de ensino nas instituições. Dessa forma, interagindo com a comunidade na qual está inserido, dando as devidas orientações, que podem ser individuais ou em grupo, com discentes e docentes, assim como o grupo de gestores³.

Em relação à legislação sobre a inclusão escolar, existe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que apresenta a inclusão e tratamento igualitário para pessoas deficientes; Lei 9.394/96 abordando o atendimento para pessoas com deficiências, dentre outros documentos que se propõem a defender o aluno que necessita desse amparo³.

No entanto, na obra *Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão*, os autores afirmam que nos últimos tempos existe uma discussão sobre a legislação a respeito da inclusão educacional, mas é sabido também que promover a igualdade é uma tarefa muito difícil, tendo em vista que os indivíduos apresentam muitas diferenças, sendo na raça/cor, orientação sexual e demais características pessoais⁵.

O direito à igualdade, historicamente conquistado pela sociedade, é tema de diversos documentos internacionais, construídos em tratados e convenções nos quais o Brasil foi signatário. A previsão constitucional brasileira, em observância às regras dos tratados e convenções internacionais, é de que, em se tratando de temas relacionados aos direitos humanos, haja

a introdução destas disposições legais no ordenamento jurídico pátrio em forma de emenda constitucional⁵.

Tais legislações, tratados e convenções certamente são necessários para que a Educação possa chegar a todos de forma equalizada. De fato, é fundamental que o avanço por políticas de promoção do ensino e inclusão continue a acontecer, para que aquele aluno que possui dificuldades possa alcançar também sua emancipação em relação aos conhecimentos que a humanidade conquistou. Para falar de inclusão, é preciso entender a Educação como direito de todos, de modo que os alunos com necessidades especiais tenham todo direito ao acesso e à permanência no ambiente escolar⁵.

É fundamental um olhar diferenciado para esses alunos, que possuem necessidades diferenciadas, pois o objetivo da escola é promover a efetivação do ensino, de qualidade e com o mesmo direito para todos. A escola deve servir como um ambiente de aprendizagem constante, e não somente para aqueles alunos considerados dentro das condições esperadas.

Feita essa discussão sobre os aspectos conceituais sobre a Psicopedagogia, o profissional que atua nessa área e o direito ao ensino igualitário, parte-se aqui para uma reflexão em relação ao olhar psicopedagógico para o Ensino Superior. Nota-se que em algumas instituições de Ensino Superior existem núcleos de apoio a alunos com dificuldades, mas o grande desafio é compreender como se dá essa prática, ou seja, como este aluno é tratado e como os docentes e gestores estão em relação ao preparo necessário para acompanhar as dificuldades de aprendizagem que chegam às salas de aulas das faculdades e universidades.

Em uma reflexão sobre o raciocínio do estudante universitário, destaca-se que esse necessita do raciocínio formal para assimilar as novas atribuições que a vida universitária lhe coloca. Pensar sobre o próprio pensamento, analisar a sociedade e estabelecer relações entre o que existe e pode existir (raciocínio hipotético dedutivo), trabalhar com conceitos abstratos, refletir

e organizar formas para a execução do trabalho, enfim, são muitas atividades que requerem do estudante um pensamento mais destacado do concreto⁴.

Com esse pensamento, para que um acadêmico universitário consiga aproveitar plenamente dos conhecimentos específicos do curso superior escolhido, seria necessário um desenvolvimento pleno de suas habilidades cognitivas. No entanto, é bem provável que ao chegar ao Ensino Superior ainda esteja construindo esquemas e estruturas cognitivas que deveriam ter sido consolidadas durante a adolescência⁴.

Por isso, é necessário que as instituições de Ensino Superior busquem estratégias para ajudar os adultos ingressantes das universidades a se manterem em seus cursos, com o máximo de aproveitamento possível. Mas, o modelo de Educação Andragógica deve promover um ensino em que os alunos participam das diversas fases de ensino-aprendizagem, no diagnóstico das necessidades educativas, na elaboração de plano, no estabelecimento de objetivas e nas formas de avaliação⁶.

Por isso, a Andragogia é uma ciência que busca o desenvolvimento da aprendizagem para adultos, o que se contrapõe em relação à Pedagogia, que se desdobra mais para o atendimento e ensino de crianças e adolescentes. Para o ensino de adultos no Ensino Superior, o psicopedagogo torna-se um inovador em relação aos padrões estabelecidos. Deve atuar como um mediador, buscando fazer uma revisão dos processos educacionais da instituição e propondo estratégias facilitadoras do ensino e da aprendizagem⁶.

Além disso, muitas vezes os docentes não sabem trabalhar com as especificidades e não raro acham errado dar tratamento diferenciado em função das dificuldades de cada um dos discentes. Essa informação é crítica, no entanto, necessária para fazer um elo entre a proposta deste estudo, que é de colocar o assessor psicopedagógico exatamente como um auxílio em relação aos professores e gestores que possuem essa demanda para atendimento igualitário dos estudantes, principalmente no Ensino Superior³.

Um dos agravantes do atendimento aos alunos com necessidades específicas é que em alguns cursos, como os de bacharelado, os professores não possuem formação didático-pedagógica, e, mesmo que tenham passado por formação *stricto sensu*, ainda assim enfrentam desafios em relação ao conhecimento próprio para atuação em sala de aula com casos de alunos que requerem tratamento diferenciado para suas deficiências³.

Nesse sentido, o psicopedagogo no Ensino Superior, de posse dos dados apresentados pela equipe multidisciplinar, seguindo o que prevê a legislação brasileira, deve participar das reuniões com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e depois com o colegiado de curso para, a partir do projeto pedagógico, adaptar o currículo e sugerir intervenções de acordo com as necessidades do sujeito que apresenta uma necessidade especial³.

Assim começa o trabalho de assessoramento psicopedagógico no Ensino Superior. E, para compreender o contexto e aplicabilidade o assessoramento psicopedagógico, pode-se destacar que é o trabalho de orientação e intervenção frente às demandas institucionais que se originam da difícil dinâmica educacional⁷.

E, nessa perspectiva, a escola tem tentado suprir carências que outrora eram providas pela família. Essa lacuna emocional, afetiva e social mudou a dinâmica da convivência entre professores e alunos e, conseqüentemente, vivenciamos um mal-estar nas instituições educativas, em que crescem as agressões verbais, físicas e emocionais, tornando um ambiente tenso e desfavorável tanto para quem trabalha quanto para quem estuda⁷.

Esse trabalho de assessoramento vem então ao encontro das necessidades de cada instituição, promovendo o bem-estar, funcionando como um elo entre os docentes, discentes e gestores, para que o ensino realmente se efetive. Ao acadêmico do Ensino Superior, o trabalho do psicopedagogo servirá como um grande apoio às suas necessidades de aprendizagem, pois, como dito anteriormente, até mesmo no

Ensino Superior encontram-se indivíduos que não conseguiram desenvolver plenamente suas habilidades cognitivas. Dessa forma, a atuação do assessor psicopedagógico tem como objetivo promover estratégias e ações que previnam e interfiram, positivamente, junto às demandas educacionais para um maior desenvolvimento da inclusão e aprendizagem⁷.

Existe um livro que trata do tema de uma forma mais aproximada do objetivo deste artigo, intitulado *Manual de Assessoramento Psicopedagógico*, em que são abordadas algumas estratégias para desencadear reflexões acerca do trabalho dos docentes junto aos seus alunos. Sobre essas estratégias, é apontada como necessária ao docente a observação mútua de classes, seguida de uma discussão estruturada sobre o desenvolvimento. A discussão em grupo das gravações em vídeo do trabalho de um colega. Escutar (dar voz) aos alunos e suas famílias. O planejamento colaborativo das classes baseadas no estudo de casos ou nos dados procedentes de entrevistas. Inovações no currículo. A cooperação entre escolas, incluídas visitas mútuas para ajudar a recopilar informações relevantes⁸.

Percebe-se com isto que o docente se torna um sujeito de muita relevância no processo, é por meio dele que um pré-diagnóstico acontece no aluno. No entanto, questiona-se se os docentes estão realmente preparados para todos esses desdobramentos, se os saberes dos professores têm sido suficientes para sua atuação frente às salas de aulas universitárias.

Refletindo sobre essa lacuna, insere-se no ambiente do Ensino Superior o assessor psicopedagógico, que também necessita de formação contínua para atender às demandas específicas de cada instituição. O assessor na instituição escolar, previamente deverá pensar mudanças em si mesmo, as quais permitam recursos necessários para que se promovam alterações no comportamento das demais pessoas⁷.

Esse conhecimento do assessor psicopedagógico deve ser compartilhado com a equipe multidisciplinar com a qual venha a trabalhar, para que atue realmente como um promotor de

mudanças. Nesse processo, o assessor compartilha seus conhecimentos tácitos, sistematiza, analisa, compara e categoriza os conhecimentos explícitos para criar novamente novos conhecimentos interiorizados⁷.

A prática desse profissional não depende somente dele, pois é um sujeito que está envolvido muitas vezes em situações complexas ao ponto de exigir outros profissionais para que seja garantida a eficácia do processo. Ele deve motivar ações de reflexão nos demais agentes escolares, para que juntos possam agir para garantir o aprendizado dos acadêmicos que possuem dificuldades.

MÉTODO

No que tange ao método para essa pesquisa, foi utilizado o dialético, uma vez que esse processo entende que as investigações não devem ser concentradas na reflexão imóvel ou acabadas, mas sim, como algo a que se transforme continuamente. No caso desse estudo, sobre a verdade encontrada em relação às propostas sobre o atendimento especializado para pessoas com problemas de aprendizagem. Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em via de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro⁹.

Se o intuito da Psicopedagogia é discutir as questões das dificuldades específicas de alguns acadêmicos, essa investigação deve ser contínua, pois as transformações sociais certamente provocam algum reflexo nos indivíduos, assim, os estudos sobre essa temática devem ser colocados em pauta nas universidades e faculdades, não só públicas, mas também nas particulares, para que a equalização do ensino possa acontecer para todos os alunos.

Sobre o tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa de campo, na qual o objetivo/fonte é abordado em seu meio ambiente. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente

observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador¹⁰.

Quanto à escolha para a coleta de dados, no caso de pesquisas com pessoas, os dados podem ser colhidos por meio de: 1) observação dos sujeitos em situações espontâneas no seu ambiente; 2) observação dos sujeitos em situações criadas artificialmente; 3) aplicação de questionários ou entrevistas voltadas para o que as pessoas pensam ou fazem¹¹.

Dessa forma, para o presente estudo acredita-se que a melhor forma para a coleta de dados seja pela aplicação de questionários, com os Núcleos de Atendimento Psicopedagógicos. Nesse caso em específico com uma faculdade privada na cidade de Maringá/PR, que atende uma gama ampla de cursos, da área de saúde, humanas e sociais aplicadas.

Sobre o questionário, consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração. Já sobre as entrevistas, estas devem ser conduzidas de forma em que o entrevistador procure fazer intervenções e questionamentos que possibilitem desvendar as investigações desejadas. No presente estudo o questionário foi utilizado conforme a necessidade da empresa, ou seja, devido ao tempo de coleta de dados sugeriram esse instrumento por ser de aplicação em pouco tempo, não prejudicando as atividades profissionais das participantes¹².

Pode-se complementar que o estudo se caracteriza também como exploratório e explicativo, pois pretende buscar a precisão na investigação acerca do objeto, e, além de procurar a compreensão dos acontecimentos, fará uma análise qualitativa, que complementar as reflexões, permitindo que o dado não seja tratado apenas de forma matemática¹⁰.

Quanto à análise dos dados, foi qualitativa, já que pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos¹³.

Com estes procedimentos, acredita-se que o presente estudo foi capaz de alcançar seu objetivo inicial. Sobre a escolha da faculdade para o estudo, deu-se principalmente pela afinidade do pesquisador com a instituição. Já em relação às escolhas das pessoas participantes, aconteceu por meio da sugestão da própria direção da IES, por antecipar que eram as pedagogas participantes que realizavam atendimento especializado para os acadêmicos.

RESULTADOS

O presente estudo nasceu com o intuito de verificar a participação do profissional com formação em Psicopedagogia atuante no Ensino Superior. Para isso, foi elaborado e aplicado um questionário em uma instituição de Ensino Superior privada na cidade de Maringá/PR. O Quadro 1 apresenta de forma sucinta a respostas das participantes.

Conforme mencionado anteriormente, a escolha das participantes da pesquisa foi uma sugestão da própria direção da faculdade. O questionário foi o instrumento de coleta de dados proposto, pois requer um tempo mínimo com as participantes, não atrapalhando suas rotinas diárias. Entretanto, as questões foram mistas, para que as respostas não ficassem muito objetivas.

A instituição pesquisada se localiza em região nobre e central da cidade, e atua no segmento de Ensino Superior há 18 anos. É referência na área de gestão com os cursos de Administração e Ciências Contábeis, também no curso de Direito e recentemente ingressaram no ensino na área da saúde, com os cursos de Fisioterapia, Biomedicina e Odontologia. Além dos cursos mencionados, existem vários outros, dentre eles Psicologia, Pedagogia, etc.

Todos os dados aqui tratados respeitaram os princípios da ética e confidencialidade, por isso, as participantes da pesquisa foram tratadas como participante 1 e 2. O questionário foi aplicado no primeiro semestre do ano de 2018, após o início do período letivo na referida instituição.

Quadro 1 – Resumo das respostas das participantes da pesquisa.		
Questões	Participante 1	Participante 2
1	Pedagoga, Pós em Aprendizagem e Desenvolvimento no processo de escolarização, Teoria histórico-cultural, Mestrado em Educação, Doutoranda em Educação.	Pedagoga, Pós em Gestão Escolar, Mestrado em Educação, Doutoranda em Educação.
2	Feminino	Feminino
3	De um a três anos de experiência no atendimento especializado	Mais de cinco anos de experiência no atendimento especializado.
4	6 meses	5 anos
5	Mais de 1500 alunos	Mais de 1500 alunos
6	Sempre	Sempre
7	Pedagogos	Pedagogos
8	Cursos específicos e Semana Pedagógica.	Semana Pedagógica, reuniões com os docentes para explicar as dificuldades dos alunos.
9	Antes de matricular-se	Antes de matricular-se
10	Sim, existem núcleos	Sim, existem núcleos
11	Ótimo	Ótimo
12	É necessário no Ensino Superior no atendimento individualizado;	É necessário somente no atendimento infantil; poderia prestar um serviço, mas não há demanda para ele no Ensino Superior.
13	Quase sempre	Sempre
14	Leitura e escrita	Leitura, escrita, dislexia
15	De 2 a 5 atendimentos	De 2 a 5 atendimentos
16	Eles necessitam apresentar um laudo médico, com a dificuldade. Conforme a necessidade estabelecida pelo médico, é feita adaptação na forma de avaliar ou de acordo com a necessidade do aluno. Não há tempo específico, a aluna que ficou mais tempo foi três meses.	O acompanhamento é individual, feito um plano de estudos e atendimento semanal. O tempo de atendimento vai de acordo com a necessidade do aluno, a aluna que mais necessitou de acompanhamento foi atendida por um semestre.

Fonte: dados coletados pelo pesquisador (2018).

DISCUSSÃO

Inicialmente, com a necessidade de caracterizar as participantes da pesquisa, foi perguntado sobre a formação de cada. A participante 1 tem formação em Pedagogia, Especialização em Aprendizagem e Desenvolvimento no processo de Escolarização, Especialização em Teoria Histórico-Cultural, Mestrado em Educação, e cursa Doutorado em Educação. Já a participante 2 é formada em Pedagogia, Especialização em Gestão Escolar, Mestrado em Educação, cursa Doutorado em Educação. Ambas do sexo feminino, a participante 1 tem seis meses de

experiência no atendimento especializado, e a participante 2 aproximadamente cinco anos de experiência. Com essa investigação inicial, já foi possível verificar que a instituição possui profissionais altamente capacitadas para o atendimento de seus alunos, entretanto, nenhuma das participantes possui formação específica em Psicopedagogia.

Após estes questionamentos, foi verificada a média anual de alunos da instituição, sendo que as duas participantes da pesquisa responderam que a IES atende mais de 1500 alunos por ano. Esse número é bastante significativo,

principalmente se pensar na quantidade de alunos dentre esses que podem ter dificuldades de aprendizagem.

Por isso, a próxima questão indagava se existe algum tipo de atendimento especializado para pessoas com dificuldades de aprendizagem na IES; nessa pergunta, as duas participantes responderam que sempre existe. A complementação a essa investigação está na próxima pergunta, que levantou quais são os profissionais que prestam o atendimento especializado, as participantes responderam que são pedagogos (sendo elas duas as responsáveis).

Certamente, os pedagogos são muito capacitados para o atendimento em relação à aprendizagem dos alunos. Mas, o psicopedagogo também é necessário, pois ele pode atuar como um agente preventivo e remediativo na instituição de Ensino Superior, não somente aos alunos que apresentam algum problema, mas também com toda a instituição. O psicopedagogo, além disso, pode avaliar o aluno, por meio de provas e testes, com a finalidade de atender de forma mais pontual possível suas dificuldades³.

A questão número oito foi sobre como os professores são preparados para atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem. A participante 1 afirma que é por meio de cursos específicos e também na Semana Pedagógica, já a participante 2 diz que é na Semana Pedagógica e nas reuniões com os docentes para explicar as dificuldades dos alunos.

Essa questão possui certa relevância, pois os docentes são essenciais para o sucesso acadêmico do aluno. A corresponsabilidade do professor com a dificuldade de aprendizagem é necessária, pois é o docente quem está a maior parte do tempo com os alunos, o que favorece de certa forma a percepção sobre as condições de aprendizagem de cada um. Uma vez diagnosticado algum problema, eles devem fazer os devidos encaminhamentos, como, por exemplo, para o acompanhamento do psicopedagogo ou até mesmo reuniões com os pais ou responsáveis⁴.

Quando questionadas sobre como o aluno toma conhecimento do atendimento diferenciado

da IES, as duas participantes disseram que eles ficam sabendo desse atendimento antes de matricular-se na instituição. O que é complementado pelas duas questões seguintes, nas quais elas informam que a instituição possui Núcleos de Atendimentos Específicos, NAPE (Núcleo de Apoio Pedagógico) e que é ótimo o atendimento prestado por este núcleo.

Sobre o atendimento do psicopedagogo no Ensino Superior, esse tipo de acolhimento passa a ser uma inovação para as instituições, frente aos modelos conservadores que se encontram. Os psicopedagogos, nessa perspectiva, prestam um serviço que vai além do que se pode observar. Como um assessor, realmente ele atua como mediador, como revisor dos processos educacionais e como estrategista, buscando melhoria contínua no processo de aprendizagem⁶.

A próxima pergunta foi um pouco mais específica em relação a esta pesquisa, pois as respostas possibilitaram investigar como as pedagogas percebem o profissional da Psicopedagogia. A participante 1 diz que o psicopedagogo é necessário no Ensino Superior no atendimento individualizado. A participante 2 respondeu que este profissional é necessário somente no atendimento infantil, além disso, ela respondeu que ele poderia prestar um serviço, mas não há demanda para ele no Ensino Superior.

As respostas das participantes divergiram um pouco nessa investigação, porém, é necessário destacar aqui que o psicopedagogo possui papel fundamental no Ensino Superior, que suas demandas são grandes, principalmente se avaliarmos a instituição pesquisada, que oferece mais de 20 cursos para a sociedade. Para os autores, o psicopedagogo deve participar das reuniões de NDE e Colegiado de Curso, auxiliando no desenvolvimento do projeto pedagógico e também fazendo sugestões sobre estratégias para os alunos que requerem atendimento diferenciado³.

Ao questionar se a mantenedora busca atualização sobre os alunos com necessidades especiais de aprendizagem, a participante 1 respondeu que quase sempre. Já a participante 2 que sempre. Esse conhecimento é considerável,

pois as ações da instituição podem ser mais assertivas em relação à efetivação e equalização do Ensino.

Sobre as dificuldades de aprendizagem que elas mais atendem, as participantes 1 e 2 afirmaram que são de leitura e escrita. Entretanto, a participante 2 enfatizou os casos de dislexia. A Psicopedagogia historicamente passou por uma revolução em sua constituição. Inicialmente, eram feitos alguns diagnósticos, que por vezes ao invés de contribuir para o ensino acabavam prejudicando os indivíduos, mas, hoje, a Psicopedagogia busca avaliar de forma sistêmica as queixas, para que seja feito um laudo que realmente possa contribuir com a formação, ou seja, busca compreender onde estão os problemas de aprendizagem do aluno, para assim constatar se ele precisa de um atendimento escolar especializado e/ou acompanhamento médico ou multidisciplinar¹⁻³.

Em relação à quantidade de atendimentos feitos mensalmente, as participantes disseram que acontecem de dois a cinco atendimentos por mês. A participante 1 afirmou que para que o atendimento ocorra é necessário que os alunos apresentem um laudo médico, com a dificuldade, e conforme a necessidade estabelecida pelo médico é feita uma adaptação na forma de avaliar, segundo ela não há tempo (duração) específico. A aluna que recebeu atendimento por mais tempo com as pedagogas foi por um período de três meses.

A outra participante disse que o acompanhamento é individual, feito um plano de estudos e atendimento semanal. O tempo de atendimento vai de acordo com a necessidade do aluno. A aluna que mais necessitou de acompanhamento ficou sendo atendida pelas pedagogas da instituição, por meio de cronograma de estudos, leituras e exercícios durante seis meses.

Se pensar na temática do texto em relação às respostas das participantes, verifica-se que a atuação atual praticada pela IES é relevante para os acadêmicos, mas não totalmente suficiente, uma vez que o atendimento que elas promovem acontece quando o aluno se apresenta ao Núcleo específico. Mas não é feita uma avaliação e tão

pouco participam de forma mais ativa dos cursos e suas reuniões. Assim, o assessor psicopedagógico compartilha seus conhecimentos com a instituição, para que a IES seja realmente justa com seus alunos, promovendo um ensino que seja capaz de alcançar a todos⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa, foi possível conhecer um pouco mais sobre o trabalho de assessoramento psicopedagógico aplicado ao Ensino Superior. No entanto, com o caso específico, ou seja, a instituição pesquisada, notou-se que esse profissional ainda é pouco conhecido e tido como importante para o acadêmico do Ensino Superior.

Neste caso, pesquisou-se uma faculdade privada na cidade de Maringá/PR, para destacar se nela existia algum profissional com formação específica em Psicopedagogia, o que não foi constatado. Na instituição quem faz o acompanhamento aos alunos com problemas de aprendizagem são duas pedagogas, com uma média mensal de 2 a 5 alunos, sendo que a instituição possui cerca de 2500 alunos.

Percebeu-se também, por meio do questionário, que a faculdade conta com um Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAPE), que faz um acompanhamento individualizado com os alunos, que se manifestam alegando alguma dificuldade. Esse Núcleo é responsável em fazer também a formação e informação dos professores, por meio de semanas pedagógicas e também reuniões individualizadas com os docentes sobre casos específicos.

Em relação aos procedimentos metodológicos, pode-se dizer que foram suficientes para essa investigação inicial, mas sugere-se que sejam feitas pesquisas futuras. Como notado anteriormente, ainda é pouco discutido o papel do assessoramento psicopedagógico. O profissional da Psicopedagogia ainda é visto como aquele que atende somente crianças ou em escolas de Educação Básica.

De forma geral, foi possível alcançar o objetivo de conhecer como está a questão do atendimento psicopedagógico no Ensino Superior.

Sugere-se, aqui, que aconteça uma ampliação na contratação destes profissionais, que podem contribuir tanto com as instituições, não somente

na avaliação e acompanhamento de alunos, mas também nos projetos pedagógicos, núcleos de cursos e mantenedoras.

SUMMARY

Educational psychology counselling in Higher Education

The present research aims to analyze the educational psychology counselling in Higher Education as a tool to support managers, teachers and students. The methodological procedure concerns a field search in a Higher Education institution of Maringá/PR with the application of a questionnaire by two education professionals. After the query, the intention is to establish a comparison among the educational practices embraced by this institution through a qualitative analysis. Furthermore, the research is also characterized as an innovation to the Educational area, because there is a deficiency in theories that already exists. Therefore, it is possible to believe that this study will serve as a manual to support the work with students with special learning problems that arrive in the Higher Education. To fulfill the study, authors among the psycho-pedagogy area, such as Azevedo, Echeita & Rodríguez and Saravali, were used to assist the reflections about how to approach, diagnose and prevent the student from being without effective teaching counselling. Finally, the last observations of the present study indicate that in this specific case there still is lack of knowledge and practice by the psycho-pedagogy counsel, which could lead to a market disadvantage.

KEYWORDS: Psycho-pedagogy. Educational Psychology Counselling. Education.

REFERÊNCIAS

1. Scoz B. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 16^a ed. Petrópolis: Vozes; 2009.
2. Braga ARF, Rausch RB. O estado do conhecimento da Psicopedagogia escolar no Brasil. In: Anais do IX Congresso Nacional de Educação/EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia; 2009 Out 26-29; Paraná, PR, Brasil.
3. Richartz T, Gonçalves JE. Psicopedagogia institucional: sugestões de um roteiro de intervenção no Ensino Superior. *Rev Psicopedag.* 2016;33(102):385-95.
4. Saravali EG. A Psicopedagogia na Educação superior: contribuições da teoria piagetiana. *Rev Psicopedag.* 2005;22(69):243-53.
5. Jacobsen K, Mori NN, Cerezuela C. O direito do atendimento educacional especializado à pessoa com transtornos globais do desenvolvimento. In: Mori NN, Cerezuela C, orgs. *Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão: aspectos históricos, clínicos e educacionais.* Maringá: EDUEM, 2014. p. 37-51.
6. Noffs NA, Rodrigues CMR. Andragogia na Psicopedagogia: a atuação com adultos. *Rev Psicopedag.* 2011;28(87):283-92.

7. Azevedo HR. Assessoramento Psicopedagógico Institucional: o que é e como se faz. *Humanitas*. 2014;3(1):119-30.
8. Echeita G, Rodríguez VM. Assessoramento psicopedagógico e o desenvolvimento de uma educação escolar mais inclusiva. In: Sánchez-Cano M, Bonals J, orgs. *Manual de Assessoramento Psicopedagógico*. Porto Alegre: Artmed; 2011. p. 14-46.
9. Marconi MA, Lakatos EM. *Metodologia Científica*. 6ª ed. São Paulo: Atlas; 2011.
10. Severino AJ. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez; 2007.
11. Mori NNR. *Metodologia da pesquisa*. Maringá: EDUEM; 2011.
12. Gil AC. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas; 2010.
13. Richardson RJ. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas; 2012.

Trabalho realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver. Artigo apresentado pelo autor como requisito para obtenção do título de especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Artigo recebido: 14/11/2018

Aprovado: 18/1/2019 ■